

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC

Curso de Pedagogia

Trabalho de Conclusão de Curso

Educação Inclusiva:

A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais (PNEE) na educação infantil

Gama-DF
2021



(61) 3035-3900



www.uniceplac.edu.br



Área Especial para Indústria
Lote nº 02, Bloco A, Sala 304,
Setor Leste, Gama, Brasília, DF
CEP 72.445-020

LIDIANE HÉLEN NOGUEIRA DO NASCIMENTO

Educação Inclusiva: A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais (PNEE) na educação infantil

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador: Prof.(a) Dr. Osmam Brás de Souto

Gama-DF
2021



N244

Nascimento, Lidiane Hélen Nogueira do.

Educação Inclusiva: a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais na educação infantil / Lidiane Hélen Nogueira do Nascimento. – 2021.

44 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, Curso de Pedagogia, Brasília, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Osmam Brás de Souto.

1. Educação Inclusiva. 2. Portador de Necessidade Especial (PNE). 3. Educação Infantil. I. Souto, Osmam Brás de. II. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos. III. Título.



LIDIANE HÉLEN NOGUEIRA DO NASCIMENTO

Educação Inclusiva: A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais (PNEE) na educação infantil

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Pedagogia do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador(a): Prof.(a) Dr. Osmam Brás de Souto.

Gama, 21 de maio de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Nome completo
Orientador

Prof. Nome completo
Examinador

Prof. Nome Completo
Examinador



Dedico este trabalho primeiramente à Deus, por ser essencial em minha vida. Ele é o autor do meu destino. Meu socorro presente nas horas de angústia e aflição. Dedico também a meus pais e amigos.



AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

E no desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contei com a ajuda de várias pessoas dentre as quais agradeço:

A minha mãe Raquel com sua dedicação e amor me ajudou a seguir em frente

Ao meu Pai Marcio que me deu forças para lutar pelos meus sonhos

Às minhas irmãs Priscila e Lídia e meu irmão Estevão por sempre estarem ao meu lado

Ao meu amado esposo Roberto que com seu apoio, amor e dedicação me tornou uma estudante melhor, e:

A todos os familiares que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho

Ao orientador que me acompanhou na transcrição do trabalho me auxiliando com precisão para a sua conclusão

Aos meus professores do curso de Pedagogia que por meio dos seus ensinamentos e pelas correções me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional e na obtenção do meu diploma.

Aos meus amigos pela compreensão e apoio pôr os meus esforços para sua a realização e conclusão.

E a todos que participaram diretamente e indiretamente das pesquisas pela colaboração e disposição no processo de elaboração.



RESUMO

O presente trabalho tem como tema ‘a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais (PNEE) na educação infantil’. E se caracteriza, como uma revisão bibliográfica, que tem como objetivo geral discutir as dimensões da educação inclusiva focando na inclusão como garantia de acesso e permanência de crianças com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino infantil. Como objetivos específicos apresentam: estudar o papel da inclusão de crianças PNEE na educação infantil; analisar aspectos relevantes e contraditórios existentes na implantação da educação inclusiva na educação infantil; destacar os desafios e as dificuldades para a inclusão escolar das crianças; e apresentar algumas experiências positivas na construção de uma educação infantil inclusiva. Justifica-se o presente estudo devido a crescente preocupação os movimentos de adequação da comunidade escola no acolhimento das crianças PNEE e seu papel no desenvolvimento infantil levando em consideração a equidade social em as suas limitações que vivenciadas diariamente em um processo de busca da democracia plena, que só será possível quando todos, indiscriminadamente, tiverem acesso ao conhecimento através de uma educação inclusiva de forma que contribua na formação da cidadania. O texto mostra que por inclusão é muito atender crianças com PNEE é um procedimento que favorece elas em seu desenvolvimento e aprendizado, respeitando-as como cidadãos ímpares, oferecendo situações benéficas para o seu pleno desenvolvimento cognitivo e social.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação infantil. Crianças com necessidades especiais. PNEE.



ABSTRACT

The present work has as its theme 'the inclusion of children with special needs in early childhood education'. It is characterized as a literature review, with the general objective of discussing the dimensions of inclusive education focusing on inclusion as a guarantee of access and permanence of children with special educational needs in the regular system of early childhood education. As specific objectives they present: to study the role of the inclusion of SEN children in early childhood education; to analyze relevant and contradictory aspects existing in the implementation of inclusive education in early childhood education; to highlight the challenges and difficulties in the process of school inclusion; and to present some positive experiences in the construction of an inclusive early childhood education. This study is justified due to the growing concern with the process of adequacy of the school community in welcoming PNEE children and their role in child development taking into account social equity in their limitations that are experienced daily in a process of seeking full democracy, which will only be possible when everyone, indiscriminately, has access to knowledge through an inclusive education in a way that contributes to the formation of citizenship. The text shows that by inclusion is very to attend children with PNEE is a procedure that favors them in their learning, respecting them as unique citizens, offering beneficial situations for their full cognitive and social development.

Keywords: Inclusive education. Early childhood education. Children with special needs. PNEE



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 —Tipos de deficiência categorizada pela legislação Brasileira.....	20
Figura 2 — Idade de cada criança para a educação infantil	22
Figura 3 — Educação inclusiva.....	25



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PcD	Pessoas com deficiência
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PNEE	Portadores de Necessidades Educacionais Especiais
PPA	Projeto Pedagógico Anual
PPP	Projeto Político-Pedagógico
TA	Tecnologia Assistiva
TIC'S	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 Educação Inclusiva	17
2.2 Educação Infantil	22
2.3 A inclusão de crianças PNEE na educação infantil	23
2.4 As escolas de educação infantil e a educação inclusiva	25
2.5 Parceria Escola e família dos alunos PNEEs	27
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	40



1 INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos um momento de ampla defesa das classes minoritárias (pessoas com deficiências¹, homossexuais, negros, índios entre outros) que passa a ser assegurada e reconhecida por meios de legislações gerais e específicas que garantam a essas pessoas que até então eram excluídas e discriminadas o direito de serem cidadãos. E o caso das Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE) que teve seu direito assegurado pela Lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), onde estabelece que é dever do Estado, garantir gratuitamente a educação básica a todos, uma educação inclusiva, que garanta o ensino para todos, independentemente das limitações físicas e mentais dela.

Em vista disto é importante que toda a estrutura educacional tenha uma atenção especial quanto as práticas pedagógicas, de forma que transforme as formas de ensino em uma educação inclusiva, respeitando assim qualquer diversidade, e em qualquer idade. E as escolas atuais devem ter um papel transformador que possa ajudar as crianças PNEE tanto na construção do processo sócio-histórico-cultural, quanto na construção do desenvolvimento cognitivo e emocional para que elas possam ser reconhecidas como cidadãs numa sociedade ainda com limitações e preconceitos.

Este texto pretende buscar informações sobre a inclusão de crianças PNEE na educação infantil tendo em vista que é através da inclusão que se desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e, independentemente das diferenças e limitações, construir mundo melhor de forma inclusiva.

É muito importante que as escolas sejam bem preparadas e capacitadas para atenderem as crianças independente de suas dificuldades e limitações, essa premissa é válida para todos os

¹ As convenções e os tratados internacionais trouxeram ao Brasil a concepção adotada atualmente da expressão '*pessoa com deficiência*' para denominar essa condição. Nesse sentido, a legislação brasileira anteriormente apontada adotou essa denominação e as iniciativas necessárias à sua real implementação (ASSOCIAÇÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS DE NOVA ODESSA, 2019, grifo do autor).



alunos, não só para as crianças PNEE. Afinal, todas as pessoas apresentam diferentes características, que se sobressaem em algumas áreas e apresentam dificuldade em outras, e isso precisa ser respeitado e levado em conta na hora da aprendizagem e do convívio social.

Para Mantoan (1998) incluir significa integrar um aluno (ou grupo) no ensino regular, num espaço que além de possibilitar o exercício da cidadania dê o acesso aos diferentes processos de conhecimento e saberes. Para ele a inclusão não se limita a ajudar somente as crianças que apresentem dificuldades na escola, mas apoia toda a comunidade escolar.

Como educação inclusiva podemos entender como sendo aquela que garanta a todos os cidadãos, sem distinção, a permanência, o acesso e o direito à educação, garantindo-lhes um ensino de qualidade. Neste contexto de inclusão, confirma-se o direito legítimo dos PNEEs em participar, ativa e efetivamente, das classes regulares de instrução e potencialmente tornarem-se acadêmicos, profissionais, etc.

Assim as escolas inclusivas são aquelas que garantam quebra de barreiras - existentes no meio físico, na grade curricular, no ensino, na socialização, na avaliação e em todos os níveis educacionais - para que todos, sem exceção, tenham o acesso e o direito à aprendizagem.

Em suma, a educação inclusiva consiste em promover o ensino e aprendizagem a todo o corpo discente de uma mesma escola, promovendo a equidade e o respeito às diferenças e limitações individuais. Como diz Leitão (2006, contracapa) incluir “é apoiar o outro, no seu esforço de construir vínculos aos colegas, aos professores, às escolas, às matérias, ao mundo”.

Dessa forma podemos justificar a escolha do tema devido a crescente preocupação com a adequação da comunidade escola, no acolhimento das crianças PNEE e seu papel no desenvolvimento infantil, considerando a equidade social em as suas limitações que vivenciadas diariamente.

O objetivo geral deste trabalho é fazer uma análise a respeito da educação inclusiva de crianças PNEE no ambiente da educação infantil, demonstrando a sua importância e buscando promover a integração dessas crianças no ensino “normal”.

Para este fim buscou-se como objetivos específicos:



- ✓ Estudar o papel da inclusão de crianças PNEE na educação infantil
- ✓ Analisar aspectos relevantes e contraditórios existentes na implantação da educação inclusiva na educação infantil;
- ✓ Destacar os desafios e as dificuldades da inclusão escolar

Diante desses objetivos e com o entendimento de que Educação Inclusiva significa oferecer oportunidades equitativas a todos, com intuito de prepará-los para uma vida digna e participativa na sociedade é importante compreender qual o papel da comunidade escolar na integração de crianças PNEE nas escolas que atuam com educação infantil.

Para incluir um aluno PNEE em um ambiente escolar, seria preciso entender que a escola é um lugar repleto de diferenças, onde todos devem aprender conviver com as diferenças de cada indivíduo, respeitando assim as limitações e características de cada um, trabalhando cada condição de necessidade especial.

Um ponto importante da educação inclusiva é a parceria escola-família que é imprescindível no processo acolhimento e no ensino-aprendizagem. As escolas, ao acolherem e atenderem as crianças com PNEE, precisam conhecer o convívio e da rotina familiar e social dessas crianças. Pois, assim, este acolhimento poderá ser realizado com mais eficiência e eficácia portanto com mais qualidade. Por isto, também é necessário, que as escolas tenham uma boa comunicação e relacionamento com os parentes das crianças PNEE, ou seja, ter um convívio rotineiro com todo grupo familiar dessas crianças.

A família, parte integrante do processo educativo, precisa estar em total comprometimento com a escola acolhedora de sua criança, principalmente no que tange as questões escolares. Várias são as ações e estratégias em favor de um ensino escolar participativo entre a escola, a família e toda a comunidade escolar. E para isso é importante a participação, a responsabilidade e o compromisso dos pais/família das crianças PNEE, pois é no seio familiar que se desenvolve os primeiros valores históricos, culturais, atitudinais, sociais além do desenvolvimento cognitivo.

Neste contexto, é de extrema importância que os pais/responsáveis pelas crianças PNEE estejam em plena participação na escola: participar das reuniões; atender às convocações; sugerir



ações no Projeto Político Pedagógico da instituição; conhecer os direitos do filho no recinto escolar e fora dele; tirar dúvidas, quando necessário; comparecer em eventos comemorativos; opinar em algumas questões da inclusão e outros.

Destaca-se que é no seio familiar onde a criança e jovem adquirem os primeiros ensinamentos para toda a vida e para o convívio em sociedade. A escola, ambiente que transmite saberes gerais e específicos, é o ambiente onde o estudante amplia seus saberes, suas potencialidades, sua forma de interagir e sua visão de mundo.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação Inclusiva

A educação inclusiva pode ser considerada como nova na educação, pois seus grandes marcos são próximo ao século XX. Na idade média, que foi denominada pelas crenças religiosas e suas influências, as pessoas PNE foram vítimas de perseguição e execuções, essas eram julgadas por feitiçaria e bruxaria, eram atribuídas possessão demoníacas, nessa época acreditavam que o homem era a imagem e semelhança de Deus, essa perfeição não se encaixava nas pessoas PNE. Ao longo do século XIX, os PNE foram assim inseridos em instituições de caridade e assistencialista (SILVA, 2009)

A Educação Inclusiva pode ser essencialmente definida como a inclusão de Pessoas PNEE, inclusive aquelas com distúrbios de aprendizagem na rede de ensino público e/ou privado, abrangendo de forma integral os níveis educacionais da rede de ensino. É importante que percebamos que os PNEE podem aprender juntos e conviverem juntos daqueles que não possuem tais necessidades (MANTOAN, 2003).

As políticas públicas destinadas aos alunos PNEE articularam um novo significado e uma forma particular de encarar a Educação Especial escolar em nível nacional, com discussões a respeito do entendimento da proposta inclusiva no seu verdadeiro sentido (integração escolar, inclusão e escola inclusiva) (MANTOAN, 2003).

A educação inclusiva é aquela que garante a todos, sem distinção, a permanência e o acesso do aluno, garantindo-lhe um ensino de qualidade (SILVA, 2009).

A Inclusão ganhou mais força após a Conferência Mundial sobre PNEE: ‘Acesso e Qualidade’, que ocorreu na Espanha na cidade de Salamanca em 1994. A qual foi elaborado um documento que corroborou para educação inclusiva, trazendo um novo pensar em educação



especial com orientações para ação de nível nacional. A Unesco (1994) orientou com principais ações em nível internacional os seguintes subitens:

- (a) Política e Organização;
- (b) Fatores Relativos à Escola;
- (c) Recrutamento e Treinamento de Educadores;
- (d) Serviços Externos de Apoio;
- (e) Áreas Prioritárias;
- (f) Perspectivas Comunitárias;
- (g) Requerimentos Relativos a Recursos.

Toda essa orientação foi tomada devido ao novo pensar de educação inclusiva que abrange tanto o âmbito escolar quanto social. Neste novo pensar a Unesco coloca que “toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada como necessidade educativa especial” (UNESCO, 1994). E que a “escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos e não os alunos as especificidades da escola” (UNESCO, 1994). Para que isto se torne possível é importante um ensino diversificado e realizado em um mesmo espaço escolar.

Além disso a sua defesa aponta que: a escola regular deve ajustar-se a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras, isto é, crianças com deficiência ou sobredotadas, crianças de rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômadas, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais. (UNESCO, 1994, p. 6).

Outro documento importante é a Constituição Federal da Republica do Brasil (1988), no artigo 208 o direito a educação.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...]

[...] **III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;** [...]

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

[...] **V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um**[...] (BRASIL, 1988, Grifo nosso)



A primeira fase, foi anterior ao século XX, nessa época as pessoas com PNE eram consideradas indignas da educação escolar, estas pessoas ficavam presas em suas casas ou eram levadas para sanatórios ou asilos (SASSAKI, 1997).

Diante de questionamentos dos pais das crianças PNE, em meados da década de 1950, marcou a segunda fase, a segregação. Nesse período começou a considerar a necessidade de educação para os PNEEs, mas com um atendimento especial, material especial e professor especial, nesse momento o sistema público funcionou com dois subsistemas: “A educação comum e educação especial” (SASSAKI, 1997).

A terceira fase integração, ocorreu próximo a década de 1970, devido a mudança filosófica, as escolas passam a ‘aceitar’ os alunos PNEE em classes comuns, a escola não se adaptava a criança, nesta fase. A criança que deveria se adaptar ao ambiente escolar e suas relações (alunos, professores, gestão e etc.) (SASSAKI, 1997).

A quarta fase teve seu início pouco tempo depois da terceira fase, nesse atual cenário o desenvolvimento da educação era perceptível e as discussões acerca do tema cresciam. Na década de 1980 deu início a última fase a inclusão, nesse momento seria a escola que deveria se adaptar para atender de maneira satisfatória as demandas da sociedade, aceitando as diferenças e limitações de cada indivíduo, com isso tanto a escola, como seus integrantes buscavam corroborar para essa inclusão (SASSAKI, 1997).

A legislação brasileira, categoriza os diferentes tipos de deficiência (figura 1) no Decreto nº 5.296/2004 (BRASIL, 2004) em cinco tipos:

- 1) Deficiência Visual (Cegueira, perda ou pouca capacidade de enxergar e baixa visão);
- 2) Deficiência Auditiva (É a perda parcial ou total da audição em ambos os ouvidos);
- 3) Deficiência Mental (Está relacionada aos problemas que ocorrem no cérebro, no intelecto);



4) Deficiência Física (Alteração completa ou parcial de um ou mais seguimentos do corpo humano, acarretando comprometimento da mobilidade, coordenação motora ou más formações congênicas ou adquiridas;

5) Deficiência Múltipla (É a associação de duas ou mais deficiências) (BRASIL, 2004).

Figura 1—Tipos de deficiência categorizada pela legislação Brasileira



Fonte: São Bernardo Do Campo (2009)

A garantia da escola inclusiva traz em suas considerações o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), modalidade relevante de ensino em prol de uma inclusão responsável, respeitosa e eficiente para os estudantes que têm alguma necessidade educativa especial (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

Nesta perspectiva o AEE vem facilitar e favorecer aos alunos PNEE a acessibilidade, as adequações curriculares e procedimentais, a temporalidade e outras ações que garantam a equidade de ensino, tornando a inclusão mais significativa e eficaz para o estudante com necessidade educativa especial (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

É importante ressaltar que a escola inclusiva é aquela que se encontra adaptada e acessível para a diversidade de alunos que atende. Complementa-se, nesta adaptação e acessibilidade das escolas, a preparação contínua do professor, que é o profissional que lida diretamente com o



estudante. Neste contexto, destaca a necessidade do professor em se capacitar e no seu preparo para que a inclusão aconteça com eficiência, dentro das potencialidades, individualidades e limitações dos aprendizes (SILVA, 2006).

A LDB (BRASIL, 1996), em seus artigos 58 e 59, doutrinou sobre a prática da inclusão, quando deixa evidente que o ensino para as pessoas PNEE deverá ocorrer preferencialmente nas escolas comuns e regulares. Além disso, os referidos artigos defendem ações pertinentes às escolas, professores e sociedade para que a inclusão aconteça com eficácia e precisão:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para **educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação**. [...]

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

[...]

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

Art. 59. **Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação** [...]

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;



V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 59-A. O poder público deverá instituir cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desse alunado [...]

Parágrafo único. A identificação precoce de alunos com altas habilidades ou superdotação, os critérios e procedimentos para inclusão no cadastro referido no caput deste artigo, as entidades responsáveis pelo cadastramento, os mecanismos de acesso aos dados do cadastro e as políticas de desenvolvimento das potencialidades do alunado de que trata o caput serão definidos em regulamento. (BRASIL, 1996, Grifo nosso).

2.2 Educação Infantil

A criança pequena, ao adentrar em um espaço escolar em que as diferenças são bem-vindas, vai aprender de forma natural a valorizar o outro por aquilo que ele é, que é capaz de realizar. Aprenderá que não há limites para a aprendizagem humana e que a imposição de limites denuncia a limitação de seu autor. Desta forma, pensar em mudança de paradigma e em consequente transformação da escola em inclusiva implica no reconhecimento de que a educação infantil. A educação infantil, que inicia no berçário indo até o jardim 2 (figura 2), é o primeiro espaço em que as mudanças devem se efetivar. A construção de um ambiente inclusivo propicia condições para que todos os envolvidos no processo educacional possam dirigir a atenção sobre si mesmos e escutar o outro (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

Figura 2— Idade de cada criança para a educação infantil

Berçário 1	de 0 a 1 ano
Berçário 2	de 1 a 2 anos
Maternal 1	de 2 a 3 anos
Maternal 2	de 3 a 4 anos
Jardim 1	de 5 a 6 anos
Jardim 2	de 7 a 8 anos

Fonte: (ABREU, 2016)



Tanto a escola, quanto os currículos devem estar preparados, para os alunos com PNEE com interação da sociedade e dos professores que busquem não apenas suprir as necessidades dos alunos ouvintes, mas que considerem as necessidades dos alunos com PNEE. Referente a necessidade de um currículo específico que atendam os alunos surdos, considerando a sua língua e o sistema por ela estabelecido, reconhecendo suas individualidades (SOUZA, 2013).

Ainda a mesma autora afirma que as adaptações curriculares possibilitam respostas educativas, evidenciando as diferenças existentes em cada aluno, com isso o envolvimento de todos na aprendizagem e nas salas inclusivas. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deve ser alinhado com a gestão, os pais, alunos, professores e intérpretes, pensando nas diferenças e singularidades. Nessa direção o currículo e PPP podem ser uma ferramenta para educação inclusiva de forma a propiciar o estreitamento entre a exclusão e a inclusão, mas nem sempre essas formulações são realizadas considerando os aspectos citados anteriormente (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

2.3 A inclusão de crianças PNEE na educação infantil

A Educação Especial é aquela que se ocupa em atender essencialmente pessoas PNEE, em escolas regulares ou em ambientes especializados (escolas para surdos, cegos, pessoas com deficiência intelectual etc.). Em termos mais simples, visa atender exclusivamente estudantes PNEE. Mazzotta (2005) define educação especial como sendo uma modalidade da educação com:

[...] de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados “excepcionais”, são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de “alunos com necessidades educacionais especiais”. Entende-se que tais necessidades educacionais especiais decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida (MAZZOTTA, 2005, p. 11).



A LDB (BRASIL, 1996) também traz a definição de educação especial e defende que esta ocorra preferencialmente em escolas regulares. No entanto, quando não for possível, a referida legislação abre precedentes para que o atendimento especializado ocorra em outros ambientes (escolas especiais, classes ou centros), pois muitas vezes a escola comum não conta com materiais, equipamentos e professores especializados para o fim a que se destina:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para **educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação**. [...]

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

(BRASIL, 1996, Grifo nosso).

Destaca-se que a educação especial e o atendimento as crianças PNEE devem ser priorizados na rede ensino regular. No entanto, quando não for possível essa integração esses alunos devem ser atendidos em escolas inclusivas (MAZZOTTA, 2005).

A deficiência (intelectual, física, visual, motora entre outras) costuma trazer limitações e/ou de impedimento ao sujeito. Para efeito de definição, a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da PNEE, traz a seguinte redação:

[...] Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas [...] (BRASIL, 2015,).

Conforme dados históricos, as pessoas PNEE sofreram, a todo tempo, preconceitos, discriminações e exclusões, principalmente em relação a inclusão social, a mercado de trabalho, às escolas, no entretenimento. Atualmente, após a implantação de algumas legislações e políticas



públicas inclusivas, as pessoas PNE passaram a ter um maior destaque na sociedade e alguns avanços já são notáveis para este público tão desprezado no passado (MAZZOTTA, 2005).

A educação inclusiva (figura 3) na verdade não cumpre o real papel na educação alunos PNEE, já que muitas vezes os monitores, intérpretes e pessoas especializadas, além do despreparo, muitas vezes, tem suas funções desviadas, ou até mesmo não cumprem sua função negligenciando esses grupos de discentes. Além da falta da relação entre o aluno-professor e a dificuldade de se inteirar com as atividades com problemas para a sua resolução (MILANEZ; OLIVEIRA; MISQUIATTI, 2013).

Figura 3 — Educação inclusiva



Fonte: (FUNDAÇÃO FEAC, 2017)

O processo de ensino e aprendizagem para esses alunos, acabam por ser cada vez mais complexo, pois um aluno ouvinte necessita de um suporte maior dos pais. E por isso, os pais, se preocupam em procurar locais ou escolas específicas para desenvolver também outras habilidades (MAZZOTTA, 2005).

2.4 As escolas de educação infantil e a educação inclusiva

Para Camargo (2005) todas as crianças PNEE para serem verdadeiramente atendidas nas escolas de educação infantil é muito importante que toda a comunidade escolar tenha o perfil e a capacidade para atuar com essas crianças de forma que possa atender estas necessidades. É fato de



que não podemos falar em inclusão quando dentro da escolar a equipe pedagógica não tem o devido preparo para atender as crianças PNEE.

Já Baptista e Rosa (2002), afirmam o quanto é importante a inclusão e a integração das crianças PNEE nas escolas de educação infantil. Eles citam como exemplo o sucesso da inclusão de crianças PNEE nas escolas infantis da Itália, isso, devido a adoção de critérios determinando assim a sua eficiência e a eficácia. Podemos citar com um dos critérios a limitação de 20 alunos por turma que possuem crianças com PNEE, sendo permitido, no máximo, duas crianças PNEE na mesma turma. (BAPTISTA; ROSA, 2002)

Mantoan (2003) diz que a inclusão é uma das melhores maneiras para que as escolas revejam todo o seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o seu Projeto Pedagógico Anual (PPA). O aluno com necessidades educativas especiais não pode ser tratado como um sujeito que não tem habilidades a serem desenvolvidas. Deve-se acreditar e investir no seu potencial

Cada criança PNEE que a escola de educação infantil acolhe deve ser vista dentro da sua singularidade, independente das necessidades que este apresenta, pois ela é um ser único com direito a uma educação de qualidade. Os espaços nas escolas de educação infantil devem ser organizados de forma acessível tornando a educação facilitada para todas as crianças indiferentes das suas limitações (SILVA, 2006).

A LDB (BRASIL, 1996) em seu artigo 58 diz que a “” aos PNEE e que deve ser ofertada, preferencialmente em escolas regulares. É importante que a comunidade possa oferecer às suas crianças condições de acesso e permanência nas escolas, no mercado de trabalho e no meio social em que vive.

É na escola regular que se pode fornecer possibilidades de se conseguir progressos significativos dessas crianças durante sua vida escolar. E para isso é importante que a escola regular entenda a limitação de cada uma de suas crianças (SILVA, 2006)

Por fim é muito importante que a criança PNEE seja vista como uma pessoa eficiente, capaz, produtiva e com aptidão para aprender e compreender. Essas crianças devem receber todo



o apoio da comunidade escolar e da família para se desenvolverem em toda a sua potencialidade (SILVA, 2006).

2.5 Parceria Escola e família dos alunos PNEEs

Podemos afirmar que não é tarefa fácil para família do aluno PNEE lidar com todas as adversidades encontradas na comunidade em que vive, pois elas vão desde barreiras reais de sua condição até aquelas que existem baseadas nos preconceitos que ainda existentes (WISE, 2003)

É muito importante que na comunicação, entre os pais, os professores e a equipe pedagógica, sejam questionados determinados assuntos para entender quais são os tipos de ajuda que a criança vai precisar: tipo de medicamento usado; horários determinados para ir ao banheiro, para alimentar; se tem crise entre outros (WISE, 2003).

A escola precisa contar com a total participação da família do aluno, pois a família exerce uma importante influência na criança com grande significado, principalmente no que refere aos sentimentos e emoções, da criança. Podemos afirmar que é a partir do convívio familiar que se estabelecem as relações sociais, e por isso, é fundamental que a escola tenha a família como parceira (WISE, 2003).

Em suma a família deve estar inserida em todo o processo de acolhimento de crianças PNEE para que a aceitação e a adaptação dos alunos aconteçam de forma agradável e tranquilizadora. Pois o mais importante é o bem-estar da criança PNEE, visando assim sua melhor qualidade de vida e o atendimento às suas reais necessidades.



3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização deste trabalho utilizou-se da metodologia de pesquisa bibliográfica sobre a inclusão de crianças PNEE na educação infantil. Esse tipo de pesquisa utiliza o método qualitativo sendo totalmente descritivo nesse método de pesquisa, onde ocorre uma busca de dados científicos publicados recentemente, avaliando as informações sobre diversas opiniões e valores (GIL, 1999). Para responder a temática proposta, escolheu-se coletar informações sobre inclusão de crianças PNE, também, informações da educação inclusiva, e educação infantil.

Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61) “a pesquisa bibliográfica constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. O objetivo desse levantamento é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi produzido sobre a temática (LAKATOS; MARCONI, 1996).

Para Gil (1999) “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 1999, p. 71).

Para Medeiros e Tomasi (2008, p.46) “além de auxiliar na definição dos objetivos da pesquisa científica, a revisão bibliográfica também contribui nas construções teóricas, nas comparações e na validação de resultados de trabalhos de conclusão de curso e de artigos científicos.”

Quanto aos objetivos da pesquisa, a abordagem utilizada na elaboração do trabalho foi o método qualitativo por ser totalmente descritiva. Para Godoy (1995) a pesquisa qualitativa:

[...] não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada,



procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

Segundo GIL (1999) a análise descritiva contribui para verificar, examinar, registrar e explicar as situações sem intervir diretamente neles, detalhando características de um acontecimento no qual o pesquisador deve dispor um domínio e conhecimento sobre os assuntos e as dúvidas a serem investigadas. Esta análise descritiva ajuda ao pesquisador sem intervir diretamente no resultado permitindo um maior conhecimento sobre os assuntos (GIL, 1999).

Quanto aos procedimentos adotados para a coleta de dados, optou-se pela revisão de literatura em livros, artigos científicos, blogs de revistas especializadas que tratam do assunto. A coleta e o tratamento foram realizados por meio de leitura, seleção, fichamento e análise dos conteúdos nos quais foram selecionados os assuntos mais relevantes ao assunto central deste trabalho.

Para a coleta de dados, foi criado um arcabouço analítico de pesquisa que reuniu e sintetizou as principais informações dos estudos sobre educação inclusiva facilitando sua interpretação e comparação entre os resultados positivos e negativos sobre o processo de inclusão de crianças PNEE na educação infantil. Os principais bancos de dados utilizados foram o GOOGLE ACADÊMICO, SCIELO e CAPES.

Para possibilitar o avanço e a coleta o pesquisador utilizou alguns filtros para a recuperação das informações necessárias para a transcrição deste documento. Os principais filtros foram: Educação Inclusiva, Portadores de Necessidades Especiais em escolas de educação infantil; educação infantil; e escola inclusiva. Estes filtros foram indispensáveis para a delimitação do problema da pesquisa. Também por meio deste filtro foi possível formar uma ideia mais precisa a respeito dos conhecimentos determinado tema e suas lacunas. A pesquisa bibliográfica e a melhor maneira compreender o contexto do problema.



4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Aos observamos as opiniões, pesquisas e discursões dos autores a respeito da obrigatoriedade e importância de refletir e repensar sobre as questões envolvendo a inclusão de crianças PNEE na educação infantil. Assim depois das análises dos materiais coletados e selecionados conforme a principal temática desse trabalho: “Educação Inclusiva: a inclusão de crianças PNEE na educação Infantil” possibilitando que essa pesquisa chegasse a algumas considerações importantes tanto quanto ao papel, quanto as dificuldades e quanto as atuações da comunidade escolar.

Depois da revisão bibliográfica foi possível perceber que fazer educação, no Brasil, não é nada fácil, e quanto se trata de educação inclusiva o processo se torna ainda mais difícil, isso acontece devido a diversos fatores que colaboram com as falhas do sistema educacional. Sendo que as principais características negativas é de como o nosso sistema educacional, na maioria das vezes, não contribui com ações afirmativas que facilite o acesso de crianças, principalmente as PNEE, nas escolas. Além de que, em alguns casos, quando existem políticas públicas que trabalham para a regulamentação e implantação de legislação, de inclusão social e educação inclusiva, as escolas têm uma certa dificuldade em colocá-las em prática fazendo com que esta ação não funcione em sua totalidade.

Atualmente, essa inclusão de crianças PNEE no sistema regular de educação infantil tem sido um assunto muito discutido. Segundo Cavalcante (2005, p. 3) a “inclusão tem crescido a cada ano e o desafio de garantir uma educação para todos também. Na escola inclusiva os estudantes vão aprender a conviver com todas as diferenças e podendo se transformar em cidadãos solidários. Para que isso possa se tornar realidade a participação do professor é essencial”. Além da participação da família e de toda comunidade escolar.

Falar de inclusão e principalmente praticar ações afirmativas de inclusão ainda é muito difícil, no Brasil, onde o sistema educativo é cheio de falhas e amarras, todavia, é muito processo



altamente necessário. Durante muito tempo acreditava-se que a educação de crianças com PNEE deveria ocorrer de forma paralela à educação regular, no qual essas crianças eram atendidas em classes específicas separadas das demais turmas. Ou seja, era garantido a educação dessas crianças, porém não era feito a inclusão de fato dos PNEE e os alunos sem necessidades educacionais no ensino regular (SILVA, 2006; AMARAL, 2014; MAZZOTA, 2005; MANTOAN, 2003).

Em suma, com esta revisão bibliográfica foi possível chegar a algumas questões muito importantes quanto aos principais desafios vividos pela educação inclusiva de crianças PNEE no ensino infantil. Primeiramente é quanto à existência de legislações específicas, complementares e regulamentadoras no que refere a educação e as escolas que lidam, em sua rotina, com a inclusão de crianças PNEE. Depois é quanto a Formação e a capacitação continuada de professores e toda a equipe pedagógica. Outra questão importante levantada foi quanto a acessibilidade e facilidade de implantar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). E por fim a necessidade de alteração curricular na educação para que todas as escolas sejam realmente inclusivas.

Com a evolução do processo pedagógico e do surgimento de leis inclusivas alguns documentos foram sendo criados em favor de melhorias para o atendimento, acolhimento e inclusão desse grupo minoritário, oferecendo subsídios tanto aos educadores quanto a todas as comunidades educacionais. Um dos principais documentos em prol de uma educação inclusiva foi a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008; BAPTISTA, 2002; WISE, 2003; SASSAKI; SILVA, 2013; DUTRA; 2008).

Essa Política Nacional de 1988, para Dutra (2008, p. 14), “tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com PNEE, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.” Podemos destacar outros objetivos desta política como: orientar os sistemas regulares de ensino para assegurar o direito a inclusão na educação; ofertar e capacitar educandos e equipe pedagógica para atender aos alunos PNEE; oferecer atendimento especializado; fornecer maior acessibilidade e implementação de políticas públicas eficazes para a inclusão social.



Sabe-se que atualmente, o país conta com uma legislação bastante atuante, que regulamentam e que garantem o acesso e permanência de alunos PNEE no sistema de ensino infantil. Podemos citar a Constituição (BRASIL, 1988), que afirma que o AEE para as crianças PNEE deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Segundo Ferreira (2011, p. 61) “Atualmente a Educação Especial está garantida em todas as leis educacionais brasileiras, sendo seus fundamentos os princípios da integração, normalização, simplificação, interiorização e participação”.

Apesar de algumas conquistas, no âmbito legal, ainda encontramos diversas barreiras que impedem que as políticas para a educação inclusiva sejam mais eficientes e eficazes. Além das questões governamentais e seu descaso com a implantação de políticas públicas, ainda podemos citar entre elas a falta de preparo dos professores; a falta de capacitação de professores e equipe pedagógica; a precárias condições de trabalho; e várias outras. Segundo Freire (1994) o ingresso de PNEE em uma turma, muitas das vezes, pode levar o professor a promover alterações em diferentes dimensões pedagógicas, pois como gestor de sua turma ele deverá ter a clareza de que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação” (FREIRE, 1994, p. 40).

Para alguns autores estudados (GLAT; NOGUEIRA, 2003; DUTRA, 2008; MELO; PEREIRA, 2013; SOUZA, 2013; MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011) a principal barreira da educação inclusiva é o despreparo dos professores do ensino regular que impede que a política de inclusão aconteça. Dentre os documentos analisados vimos a que Mendes, Almeida e Toyoda (2011) tem a opinião de “que a instrumentalização insuficiente dificulta aos professores estruturar uma prática pedagógica que atenda às distintas formas de aprendizagem” de crianças PNEE. Os autores Melo e Pereira (2013), em estudo realizado com professores, chegaram à conclusão de que metade dos participantes se sente despreparados trabalhar com crianças PNEE por, “não saber lidar com esses alunos, falta de preparação na formação acadêmica, poucos cursos de formação continuada sobre educação de alunos com deficiência física e falta de orientação por parte de especialistas nas escolas” (MELO; PEREIRA, 2013, p. 99). Já Franco, Carvalho e Guerra (2010)



concluíram, a partir de um estudo realizado com professores de crianças com paralisia cerebral, “que os educadores trabalham no limite de seus conhecimentos e de suas suposições. A partir das observações empíricas, traçam estratégias de atuação docente sem clareza dos possíveis resultados, positivos ou negativos e, muitas vezes, sem respaldos teóricos consistentes”. (FRANCO; CARVALHO; GUERRA, 2010, p. 475).

Ainda sobre o despreparo do professor podemos destacar que ele tem e precisa ter em mente, é que o seu papel não é somente a disseminação dos conhecimentos aos seus alunos, mas também a troca de experiências oferecendo ferramentas necessária para que seus alunos aprendam e compreendam todo o conhecimento conquistado. Cabe ao professor, também, o respeito quanto a cultura de cada pessoa devido a bagagem de conhecimentos adquiridos durante sua vida, que corresponde a história de sua vida.

Um dos aspectos apontados por esta revisão bibliográfica é de que os professores têm grande dificuldade em ensinar o aluno que não alcança o rendimento devido ao seu atrelamento a um currículo tradicional e desatualizado além também à falta de uma formação continuada e cursos de capacitação de toda a equipe pedagógica. Como afirma Barbosa-Vioto e Vitaliano (2013) que afirma que a formação dos professores, com uma perspectiva inclusiva, depende da reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura, que passem a ofertar disciplinas que garantam saberes, habilidade e atitudes importantes para uma formação mais eficiente e eficaz de forma que consiga trabalhar com qualquer tipo de aluno, incluindo os PNEEs. E em se tratado de cursos de capacitação e formação contínua, muita coisa deve mudar, pois estes são geralmente criticados por não responder a demanda e as necessidades dos professores, principalmente em questão da educação inclusiva. (BOATO; SAMPAIO; SILVA, 2012; MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011)

Ainda quanto a capacitação e formação continuada de professores, percebemos ao final da década de 90 começaram a serem ofertados vários de cursos de formação continuada com disciplinas curriculares relacionadas com a educação de alunos PNEE, uma recomendação dada pela LDB, Lei n 9.394/96 (BRASIL, 1996). E que a maioria dos profissionais que passaram a trabalhar na formação de professores vivenciara situações de uma educação altamente



segregacionistas, conhecendo e muitas vezes trabalhando em classes e/ou escolas especiais. Nessa época, também foi muito comum, a adoção de um modelo médico marcado pela divisão entre o ‘ser normal’ e o ‘ser patológico’. Sendo que da família era a principal responsável pelos avanços escolares e sociais das dos PNEEs. Para Rodrigues e Lima-Rodrigues (2011, p. 57-58), “não deixa de ser estimulante pensar que impulso poderá sofrer a Educação Inclusiva quando esta deixar de ser desenvolvida por pessoas para quem ela não é uma mera opção ética, mas, sim, o resultado de uma experiência pessoal e vivida” (RODRIGUES; LIMA-RODRIGUES, 2011, p. 57).

Outro fator que também impacta na capacitação e formação continuada de professores e a questão de sua valorização no mercado de trabalho, pois muitos desses professores, para conseguir uma estabilidade financeira acabam por trabalhar em várias escolas, muitas vezes tendo sua grade horária funcional totalmente comprometida fazendo com que eu não tenha tempo, nem vontade e nem motivação para procurar e realizar estes cursos de formação e capacitação.

No entanto também é importante destacar que para uma educação inclusiva é importante que a escola ofereça as crianças PNEE condições de acessibilidade nos ambientes escolares como nas salas de aula, nos corredores, nos banheiros, nos refeitórios e em todo o ambiente externo e interno. Também é preciso que as escolas invistam nas TICs de formas que facilitem a comunicação e a interação dos PNEEs nas mais variadas situações vividas em suas rotinas.

Tão importante quanto a formação dos professores são as TICs que fornecem recursos, estratégias práticas de acessibilidade de forma a promover a participação dos PNNE tanto nas escolas quando em seu meio social. Uma ferramenta importante nas escolas oferecidas pelas TICS nas escolas inclusivas é a Tecnologia Assistida (TA).

Galvão Filho (2009) o conceitua como uma ferramenta interdisciplinarmente que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que se ocupam em promover a funcionalidade e a autonomia das pessoas PNE, incapacidade ou mobilidade reduzida. Já os autores Varela e Oliver (2013) colocam em seu texto que a falta das TICs e das TAs nas escolas inclusivas tem consequências gravíssimas para desenvolvimento do ensino-aprendizagem das crianças PNEE fazendo com que, na maioria das vezes, as crianças com PNEE apenas observe passivamente as



atividades e práticas escolares exercidas as atividades feitas pelos outros (VARELA; OLIVER, 2013). Podemos citar como exemplo a pesquisa de Silva, Santos e Ribas (2011), um estudo de caso em três escolas públicas que tinha como crianças com paralisia cerebral, que chegaram à conclusão que a estrutura física e os poucos recursos materiais e equipamentos de TICs disponíveis nessas escolas tendiam a desfavorecer a acessibilidade, o aprendizado e o processo de inclusão dessas crianças.

Pelosi e Nunes (2009) afirma que o desconhecimento a respeito da TA e uso inapropriado dos recursos tecnológicos daqueles que lidam diariamente com essas ferramentas educativas da educação, é um fator a ser levado em consideração no momento de pensar em uma educação inclusiva. Já Mello e Ferreira (2009) afirmam que o professor tem dificuldade de aprender a manusear equipamentos especiais, adaptar materiais e realizar o manuseio das algumas crianças PNEE. E Varela e Oliver (2013) considera que essa a ausência de orientação conhecimento dos profissionais da educação quanto as TAs, pode assolar seus benefícios através de ações inadequadas.

As escolas inclusivas, principalmente em determinadas situações, necessitam de suporte e adaptação de mobiliário, materiais didáticos, materiais pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos, que possibilitem participação da criança PNEE, continuamente, nas atividades escolares (ARAUJO; LIMA, 2011, PELOSI; NUNES, 2009; MELLO; FERREIRA, 2009; VARELA; OLIVER, 2013).

Para Heidrich, Santarosa e Franco (2012) a utilização de softwares educativos e computadores adaptados podem facilitar a comunicação o ajuste das tarefas escolares, favorecendo a autonomia e a interação das crianças PNEE com seus professores e colegas durante as aulas. Devemos destacar que infelizmente os avanços tanto das TICs quanto os na área da TA demoram a chegar na população, principalmente àquelas mas desfavorecidas, pois sua produção nacional ainda é bastante restrita, e os custos para importação são altíssimo (VARELA; OLIVER, 2013).

Como visto anteriormente, aqui também depende do papel do estado das políticas públicas, pois existe uma grande necessidade de ações governamentais, para a implantação das adaptações e



dos recursos nas escolas, principalmente as inclusivas (SILVA; MARTINEZ; SANTOS, 2012). Para os autores as políticas públicas de inclusão são fundamentais na constituição de um modelo eficaz de inclusão e na participação com base em direitos e cidadania.

E por fim, é já visto anteriormente, o nosso país deve reconsiderar a reestruturação curricular nos cursos de licenciatura oferecidas pelas instituições de nível superior. A importância da realização uma nova estrutura curricular fica evidentemente comprovada a partir de uma pesquisa realizada por Leão entre outros (2006) que foi observado que faltava tanto nas escolas quanto nas equipes pedagógicas informações significativas sobre as necessidades educacionais de crianças PNEE, onde não havia nem um projeto de inclusão, ou seja, as crianças eram ‘acolhidas’ sem que sequer o conteúdo e as metodologias fossem adaptados ou minimamente ajustadas para facilitar seu envolvimento nas atividades, levando, conseqüentemente, a uma restrição na realização de várias tarefas (LEÃO et al., 2006).

Outro exemplo pode ser observado no estudo de Palma e Lehnhard (2012), sobre a inclusão de um aluno com paralisia cerebral e dificuldades de locomoção numa escola, que apontou a não participação do aluno, em algumas atividades, estava relacionada tanto ao receio, principalmente por parte do professor, de que o aluno se machucasse quanto as dificuldades de adaptação as atividades para gerar uma mínima condição de participação.

Poucas são os trabalhos encontrados com encontrados sobre a reconstrução curriculares no curso de licenciatura, porém fica evidente que, para a promoção da aprendizagem alunos PNEE é importante reorientar a ação do orientado, elaborando estratégias que permitam explorar suas potencialidades.

Conclui-se na análise que, o processo inclusão de crianças PNEE na educação Infantil ainda é lento e cheio de falhas que começam com o descaso do governo, com os baixos recursos e investimentos em TICs e TAs chegando ao despreparo dos professores e na necessidade de reformulação da grade curricular nos cursos de licenciatura como forma de iniciar os docentes em questões de acolhimento e sabedoria para lidar com as crianças PNEE, para conseguir uma



educação inclusiva em que todos participem de forma igualitária no processo de ensino-aprendizagem pois assim será mais fácil promover a aprendizagem e o sucesso escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho consistiu numa revisão bibliográfica que surgiu da necessidade do pesquisador em verificar, compreender e discutir as dimensões e os procedimentos adotados para a inclusão de crianças PNEE's na educação infantil.

No desenvolvimento do trabalho foi possível identificar que é exclusivamente dever do estado promover a inclusão e o acesso de crianças PNEE nas escolas, por meio de políticas públicas e ações afirmativas. Porém ainda existem muitas barreiras a serem rompidas para que nosso país possa contar com uma educação totalmente inclusiva.

Na maioria dos documentos analisados houve uma grande ênfase quanto à questão do despreparo dos professores e a necessidade de uma formação continuada e/ou cursos de capacitação. Vários autores (GLAT; NOGUEIRA, 2003; DUTRA, 2008; MELO; PEREIRA, 2013; SOUZA, 2013; MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011, FRANCO; CARVALHO; GUERRA, 2010, BOATO; SAMPAIO; SILVA, 2012) atribui a responsabilidade do processo de implantação da educação inclusiva ao docentes e equipe pedagógica de forma que essa seja uma pratica no cotidiano nas escolas.

Porém para isto surge uma pergunta fundamental: Quais cursos são ofertados atualmente para suprir a carência e o despreparo desses profissionais? Para responde a essa pergunta e outras que possam surgir dentro desse contexto é preciso focar em pesquisas futuras que possa identificar quais informações, principalmente na área medica, sobre pessoas com deficiência (PcD) que prevalece na formação de professore. Além também da necessidade de mudar e/ou quebrar alguns paradigmas.



Para isso não os professores devem ter em mente que para essas crianças aprender implica em saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos.

Outro desafio encontrado se refere as TICs e a TAs, no qual as publicações analisadas (GALVÃO FILHO, 2009; ARAUJO; LIMA, 2011, PELOSI; NUNES, 2009; MELLO; FERREIRA, 2009; VARELA; OLIVER, 2013; HEIDRICH, SANTAROSA E FRANCO, 2012) apontam a ausência de equipamentos e recursos educacionais, além do desconhecimento dos professores quanto as diversas ferramentas que auxiliam na didática dessas crianças e do seu uso inadequado. Sendo que podemos afirmar que as TICs e a TAs, estão diretamente relacionadas ao processo de inclusão e acolhimento dos PNEE. Isso porque este tipo de recurso é bastante limitado nas escolas devido ao seu alto custos e de pessoas especializadas nessa área

Podemos perceber isso pelas bibliografias que evidenciam que, no cotidiano da escola, os estudantes PNEE inseridos nas salas de aula inclusiva, vivem certas experiências precárias. Pois, infelizmente as escolas ainda não estão aptas para a inclusão respeitando às características de sua diferença.

E por fim o maior desafio de todos é quanto a reformulação e mudança curricular, pois é o principal, segundo quase todos os documentos analisados (GLAT; NOGUEIRA, 2003; DUTRA, 2008; MELO; PEREIRA, 2013; SOUZA, 2013; MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011, FRANCO; CARVALHO; GUERRA, 2010, BOATO; SAMPAIO; SILVA, 2012; LEÃO et al., 2006; PALMA; LEHNHARD, 2012), grande responsável pelo despreparo e a dificuldade dos professores e pedagogos

De acordo com Góes (2002), Vygotsky a educação deve levar em conta as características psicológicas e sociais de cada caso de necessidades especiais de forma a promover a construção de capacidades, sem se atrelar ao nível de desenvolvimento já conquistado pela criança. Deste modo, pensar a inclusão escolar de crianças PNEE pressupõe políticas educacionais claras, coerentes e fundamentadas nas relações intersociais.



As questões teóricas do processo de inclusão têm sido amplamente discutidas por estudiosos e pesquisadores, porém pouco se tem feito na aplicabilidade da prática. Pois precisa de um processo muito bem planejado e estruturado. Ou seja, as tentativas de inclusão devem ser analisadas e avaliadas em todos os aspectos, de modo que garanta a melhor opção para do estudante PNEE (CORREIA, 1997).

Concluimos que, sendo a escola a base fundamental na formação do cidadão permitindo a construção de uma sociedade democraticamente melhor é imprescindível que a inclusão seja pensada como base dos parâmetros curriculares e normativos e que sejam colocados obrigatoriamente em prática. Garantir a inserção de crianças PNEE no ambiente escolar, começando pelo PPP, pode ser considerado como um primeiro passo para a conquista da democratização do ensino, do trabalho, da vida.

Acredita-se que os resultados deste estudo possam contribuir, com as discussões atuais em torno da temática sobre a inclusão de crianças PNEE no ensino regular e na formação das equipes pedagógicas que trabalham com esses alunos.

Este estudo demonstrou que é muito importante que se continuem a estudar e indagar o processo de inclusão dos PNEE nas escolas e nas salas aulas, pois é trágico que os processos de exclusão desses alunos acarretaram reações negativas diretamente ligados a formação do cidadão. E que ainda estamos longe de ter as condições ideais à inclusão das crianças PNEE, e por isso, é preciso focar na formação dos futuros profissionais na área de educação para que este não espere por condições ideais. Esses futuros profissionais devem se preocupar em construir espaços inclusivos, acolhedores e legítimos que garanta o ensino-aprendizagem e o desenvolvimento integrais.



REFERÊNCIAS

ABREU, Silvana. **A idade escolar para educação infantil**. São Paulo: professoras na web.com., 2016. Disponível em: <http://atividadespara-maternal.blogspot.com/2016/11/a-idade-escolar-para-educacao-infantil.html>. Acesso em: 11 jul. 2021.

AMARAL, M. B. *et al.* Breve Histórico da educação inclusiva e algumas políticas de inclusão: um olhar para as escolas em juiz de fora. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodistas Granbery**, n. 16, jan./ju., 2014. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/NDk5.pdf>. Acesso em: 09 maio 2021.

ARAÚJO, D. A.; LIMA, E. D. R. de P. Dificuldades enfrentadas pelo cuidador na inclusão escolar de crianças com paralisia cerebral. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 281-303, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADE ESPECIAIS. **Pessoa com deficiência: a evolução do termo e dos conceitos aplicados**. Nova Odessa, SP: APNEN, 2019. Disponível em: <https://apnendenovaodessa.blogspot.com/2019/04/pessoa-com-deficiencia-evolucao-do.html?m=0>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BAPTISTA, C.R. A Inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas. *In: _____*. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 83-93.

BAPTISTA, Cláudio Roberto e ROSA, Cleonice. **Reflexões e projetos de intervenção**. Porto Alegre. Artmed, 2002

BARBOSA-VIOTO, J.; VITALIANO, C. R. Educação inclusiva e formação docente: percepções de formandos em Pedagogia. **Magis, Revista Internacional de Investigación en Educación**, v. 5, n. 11, p. 353-373, 2013.

BAUTISTA, R. **Necessidades Educativas Especiais**. Lisboa, Denalivro, 1997

BERGAMO, Regiane. **Educação especial: pesquisa e prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

BOATO, E. M.; SAMPAIO, T. M.V.; SILVA, J. V. P. Capacitação de professores para inclusão de pessoas deficientes nas aulas de Educação Física. **Motricidade**, v. 8, n. 2, p. 891-900, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 maio 2021. 2.



BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 maio 2021.

CAMARGO, Jr. Walter. **Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio.** Brasília: Secretaria Especial dos direitos, 2005.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is".** 1. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CAVALCANTE, Meire. A escola que é todas as acrianças. **Nova Escola**, v. 20, n 182, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CORDEIRO, Valdete Jane. Práticas pedagógicas no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso na escola profissionalizante Senac/Concordia – SC. **Boletim Técnico do Senac: a Revista da Educação Profissional**, Rio de Janeiro, v. 36, n.3, p. 65-71, set./dez. 2010

DUTRA, Pereira Claudia; GRIBOSKI, Maffini Claudia. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

FACION, Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações.** São Paulo: Saberes, 2009.

FERREIRA, Lucia. **Atividades físicas inclusivas para pessoas com deficiência.** Niterói. RJ: [s.n], 2011



FRANCO, M. A. M.; CARVALHO, A. M.; GUERRA, L. B. Discurso médico e discurso pedagógico: interfaces e suas implicações para a prática pedagógica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 463-478, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. RJ: Paz e Terra, 1994.

FUNDAÇÃO FEAC. Fundação inclusiva é tema de seminário, **FUNDAÇÃO FEAC**, SP, 2017. Disponível em: <https://www.feac.org.br/educacao-inclusiva-e-tema-de-seminario/>. Acesso em 11 jul. 2021

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? *In*: G. J. C. MACHADO; M. N. SOBRAL (Org.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. Porto Alegre: Redes Editora, 2009. p. 207-235.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, v. 24, n. 14, p. 22-27, 2003

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 58, 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008 . Acesso em: 24 abr. 2021.

HEIDRICH, R. O.; SANTAROSA, L. C.; FRANCO, S. K. Inclusão escolar de aluno com paralisia cerebral, utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 60, n. 2, p. 10-10, 2012

LEÃO, A. M. D. C. et al. Inclusão do aluno com dismotria cerebral ontogenética: análise das práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 12, n. 2, p. 169-186, 2006.

LEITÃO, F. **Aprendizagem cooperativa e inclusão**. Mira Sintra: edição do auto, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Caderno Cedes**, v. 19, n. 46, 1998. Doi: 10.1590/S0101-32621998000300009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.



MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEDEIROS, J.B.; TOMASI, C. **Comunicação Científica**: normas técnicas para redação científica. São Paulo: Atlas, 2008

MELO, F. R. L. V. de; PEREIRA, A. P. M. Inclusão escolar do aluno com deficiência física: visão dos professores acerca da colaboração do fisioterapeuta. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 19, n.1, p. 93-106, 2013.

MELO, F. R. L. V. de; PEREIRA, A. P. M. O cuidar do aluno com deficiência física na educação infantil sob a ótica dos professores. **Revista Brasileira de Educação Física**, Marília, v. 15, n. 1, p. 121-140, apr, 2009.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 41, n. 1, p. 81-93, 2011.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa; OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; MISQUIATTI, Andréa Regina Nunes. **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo : Cultura Acadêmica, 2013.

PALMA, L. E.; LEHNHARD, G. R. Aulas de Educação Física e inclusão: um estudo de caso com a deficiência física. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 115-126, 2012

PAULA, Ana Rita de; COSTA, Carmem Martini. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: MEC, 2007.

PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. d'O. de P. Caracterização dos professores itinerantes, suas ações na área de Tecnologia Assistiva e seu papel como agente de inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 15, n. 1, p. 141-154, 2009.

RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES, L. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 41- 60, 2011.

SÃO BERNARDO DO CAMPO (SÃO PAULO). Câmara municipal. **Conheça alguns tipos de deficiências. São Bernardo do Campo**, 2019. Facebook: camarasaobernardo · Organização governamental. Disponível em: <https://www.facebook.com/camarasaobernardo/posts/2494544993940749/>. Acesso em: 11 jul. 2021.



SASSAKI, R. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Adilson Florentino da. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: deficiência física. Brasília: MEC, 2006

SILVA, D. B. R.; MARTINEZ, C. M. S.; SANTOS, J. L. F. Participação de crianças com paralisia cerebral nos ambientes da escola. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 33-52, 2012.

SILVA, M. O. E. da . Da exclusão à inclusão: Concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**, 2009. 13.135-153. Disponível em: <http://www.scielo.org/br/pt/pdf/rle/n13/13a09.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2021.

SOUZA, M. C. **Contextos educacionais inclusivos de alunos surdos**: ações frente à realidade inclusiva de professores de matemática da educação básica. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática) – Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2013.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 04 maio 2021.

VARELA, R. C. B.; OLIVER, F. C. A utilização de Tecnologia Assistiva na vida cotidiana de crianças com deficiência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 6, p. 1.773-1.784, 2013.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

WISE, Liz. **Trabalhando com Hannah**: uma criança especial em uma escola comum. Porto Alegre: Artmed, 2003.

